

**DO PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA A “IDEOLOGIA DE GENERO” UM
BREVE DEBATE.**

Autora: Étel Marli Sturm

Orientadora: Prof. Dra. Sandra Cristina de Souza

Campo grande

2019

Liberdade não é – nunca é – a liberdade de fazer o mal. Se uma ação faz mal a outra pessoa ou a priva de liberdade, essa ação não pode ser qualificada como livre – ela se torna uma ação lesiva.

Judith Butter. Tradução Clara Allain.

Resumo

Este trabalho tem como principal objetivo analisar documentos visando entender o recente movimento deflagrado no Brasil por políticos, religiosos e pais de alunos contra o que intitulam ser “ideologia de gênero”. Partindo da identificação das duas principais visões sobre gênero existentes hoje no país, gênero enquanto um construto social e gênero definido pelo biológico, analisou se diversos acontecimentos relacionados a garantia de direitos da população LGBT no período de 2004 a 2017, buscando compreender como e porque esses acontecimentos “terminaram” afetando toda a educação brasileira e levaram políticos vinculados a bancada evangélica, agora ampliada por membros da bancada católica e religiosos, apoiados pela imprensa, envolveram se de tal forma a causar pânico moral na sociedade, levando a um retrocesso na educação e nas relações entre homens e mulheres no país.

Introdução

Atualmente no contexto brasileiro a palavra gênero, para muito além de designar relações sociais entre homens e mulheres, tem se tornado pauta de discussões políticas e fonte de discursos conservadores. Gerando ações de conservadorismo e preconceituosas que se instauraram no dia a dia das escolas, chegando ao ponto de muitos pais, sob o argumento de preservar os bons costumes e a família, quererem proibir qualquer menção sobre as questões que envolvam sexualidade e gênero durante as aulas. E é neste contexto que vemos surgir movimentos sociais e até mesmo a unificação de bancadas de parlamentares que sempre foram contrárias umas às outras (bancada católica e bancada evangélica) para a supressão do tema gênero no Plano Nacional de Educação - PNE¹ ou para avaliar livros e materiais didáticos a fim de verificar se possuem assuntos relativos a questões sexuais.

Desta forma, o objetivo principal deste trabalho é compreender como chegou se a esse ponto. O que de fato está por trás disso? Quais as bases que fundamentam esse pensamento? Compreendendo que tais interferências podem trazer consequências às relações sociais entre homens e mulheres.

A hipótese principal é que baseadas em alguns fatos históricos, literaturas de cunho religioso de conteúdo conservador e alguns posicionamentos de lideranças divulgadas nos meios de comunicação e ainda, influenciadas e alimentadas por políticos e religiosos, gerou se um “pânico moral” entorno da discussão sobre igualdade de gênero, o que levou um retrocesso na educação e na garantia de direitos da população LGBT

A metodologia utilizada será a pesquisa documental onde, buscar se a conteúdo científico para fundamentar a hipótese levantada apoiada pelo referencial teórico metodológico Pós Estruturalista e Estudos Queer. Tais fundamentos serão buscados primeiramente entre os seguintes autores: Judith Butler, Jorge Scala, Scott, Richard Miskolci, Luiz Motti, Romancini, Well Castilho, Renata Stellmann, além, de pesquisas nas redes sociais e imprensa nacional.

2 - Desenvolvimento

2.1- Ideologia/gênero

1 Plano Nacional de Educação - <http://portal.mec.gov.br/pne>

O objetivo aqui não é discutir os teóricos ou o processo histórico das diversas concepções do que vem a ser gênero, mas entender as duas principais visões que polarizam a questão de gênero hoje no Brasil, além de entendermos um pouco de como se formou essa visão que hoje grande parte da população tem sobre o homossexual, para quem sabe assim entendermos o momento vivido.

Segundo RENTA STELLMANN (2007) em seu trabalho Masculinidade na Clínica até o século XVIII o modelo unissex dominava a forma de pensar os sexos, acreditava-se que os corpos de homens e mulheres eram iguais, porém as mulheres devido a uma imperfeição nasciam com órgãos genitais invertidos. Segundo o autor nesse período gênero era concebido como uma categoria cultural, ser homem ou mulher era uma condição social. O autor segue afirmando ainda que: o modelo de dois sexos em oposição surgiu no final do século XVIII, quando alguns estudiosos baseando-se nas descobertas anatômicas que permitiram a diferenciação biológica dos sexos insistiam na existência de uma diferença radical entre os mesmos, afirmando que homens e mulheres diferem não só fisicamente, mas também moralmente.

Ainda STELLMANN Apud COSTA (Em todos os autores citados dentro do texto usar maiúsculas apenas na primeira letra do sobrenome) (1995) buscando-se entender as diferenças político-econômicas e morais presentes nas distinções entre os sexos para além do sistema reprodutor, criou-se ao longo do século XIX um outro constructo, a noção de “instinto sexual”. O autor esclarece ainda que esse constructo veio regulamentar o que era normal e patológico em matéria de sexo. Assim estabeleceu-se a distinção entre homossexualidade e heterossexualidade, sendo o primeiro sinônimo de patologia e o segundo as normas para relações sexuais saudáveis.

Os homossexuais segundo STELLMANN apud, COSTA (1995), passaram a ser descritos como as mulheres o eram anteriormente homens invertidos. E cada vez mais foram surgindo estudos e teorias tentando explicar esse desvio e desenvolvendo métodos para corrigi-los.

RICHAR MISKOLCI em seu artigo Pânicos Morais e Controle Social – reflexões sobre o casamento Gay (2007), afirma que “três grandes estigmas marcaram a identidade homossexual: sexualidade, loucura e crime. Cada qual trouxe consigo um método de correção, como a internação, a terapia e a prisão”. Ligava-se a homossexualidade diretamente a uma natureza sexual degenerada e mesmo com todo o empenho para corrigir

tal degeneração segundo o autor “prevalencia a crença de que aqueles indivíduos não tinham solução”.

Também nesse período, baseando-se na diferença biológica foi se diferenciando cada vez mais os papéis dos homens e das mulheres,

A partir daí foi se criando cada vez mais papeis diferentes para homens e mulheres, onde as mulheres por possuírem úteros foram designadas ao papel de mães e educadoras, ficando restritas ao lar e tornando se representantes fies da moral e dos bons costumes. E os homens foram destinados a produção e a política, ou seja, a vida pública, STELLMANN, apud (BADINTER, 1993; COSTA 1995).

Percebe-se assim, que o biológico definiu os papéis e a mulher tornou-se a “Santa do Lar”, sem outras perspectivas a não ser a de se preparar para ser uma boa mãe, esposa e dona de casa.

Ainda segundo STELLMANN (2007), em 1930 surgiu nas ciências sociais a teoria do “papel social”, para a qual nosso comportamento é baseado nas expectativas de conduta definidas a partir do sexo, assim, o papel social define as metas a serem perseguidas e as tarefas a serem realizadas, as reações esperadas diante de cada situação, sempre tendo como parâmetro o sexo biológico. Portanto, para o autor “ as pessoas teriam noções preconcebidas das expectativas implícitas a cada papel, tornando as em parte previsíveis.

O papel sexual era compreendido sobre um grupo de expectativas que se tinha sobre cada sexo, que no caso seriam apenas dois, macho e fêmea. Sob essa perspectiva, a masculinidade e a feminilidade eram interpretadas como o papel sexual internalizado, o produto da socialização. (STELLMANN, 2007)

Assim, seríamos todos como atores representando papéis, porém se alguém não se enquadrar no seu papel preconcebido destoa dos demais, pois segundo essa teoria para mudar um comportamento é necessário que antes tenha se mudado o papel, portanto é necessário que primeiro haja uma mudança na sociedade para que posteriormente se aceitem novos papéis. Maxwell (ano) afirma ainda que essa teoria ao conceder a masculinidade e a feminilidade como papéis internalizados permitiu aos movimentos feministas e LGBTs pensarem na possibilidade de mudanças.

No período após segunda guerra mundial, o conceito de gênero começa a receber uma perspectiva mais sociocultural e segundo STELLMANN (2007) o termo papel de gênero passa a ser empregado em alguns estudos substituindo o termo papel sexual, contudo,

mesmo neste período o comportamento que não estivessem de acordo com os órgãos genitais eram vistos como distúrbios emocionais ou desvios sexuais.

Conforme **STELLMANN (2007)**, “entre os anos 60 e 70 a teoria mais discutida foi o determinismo biológico”, essa teoria supunha que as diferenças biológicas justificavam as diferenças sociais pois, para esses estudiosos o ser era definido pelo biológico e, portanto, a masculinidade e a feminilidade seriam pura expressão da natureza e que as mesmas, “masculinidade e feminilidade, são explicadas pelo papel sexual de gênero como sendo um esforço de homens e mulheres, que para alcançarem maior maturidade, tentam adquirir certos atributos que afirmem sua identidade biológica” (**STELLMANN,2007**).

STELLMANN (2007), afirma ainda que concomitante a teoria do determinismo biológico, que como pudemos ver, o ser humano era pensado pelo biológico, ou seja, masculino ou feminino, surgiu a teoria de androgenia a qual negava qualquer determinação biológica quanto aos papéis de gênero. Essa teoria afirmava que padrões de comportamento são aprendidos por crianças pequenas que ordenam seus mundos baseadas no sexo biológico e que adotam o sistema organizacional dos adultos que lhe servem de modelo.

A afirmação de que os comportamentos são aprendidos a partir do modelo social em que se encontram inseridos, traz de volta a discussão sobre os papéis de gênero e cada vez mais seu conceito vai se diferenciando do de sexo biológico e passa a ser compreendido como um sistema de signos ou significados designados a corpos sexualmente distintos, que servem para diferenciar o papel social e os sentidos que estes corpos devem ter. Segundo **STELLMANN Apud, KLAGES**:

A nova perspectiva de gênero trouxe duas grandes contribuições aos estudos desse tema: estabeleceu o social e o biológico como campos distintos, sendo o primeiro caracterizado como um produto das ideias humanas, mutável e dinâmico, e o segundo, por ser resultante do biológico, relativamente estável e imutável; e através desta distinção entre social e biológico, as teóricas feministas começaram a salientar que gênero não era uma essência do indivíduo, mas uma construção social, algo designado, implementado e perpetuado por organizações e estruturas sociais (**STELLMANN apud KLAGES, 1997**)

Neste período o pensamento pós-estruturalista emergente começou a defender a identidade como uma construção, e não algo natural, produzido pelo biológico, e segundo **STELLMANN (data)**:

Os teóricos pós-estruturalistas, reconhecendo que a identidade humana é moldada pela linguagem, começaram aos poucos, a substituir o conceito de individualidade pelo de subjetividade, marcando assim a ideia de que sujeitos são produtos de

signos, ou significados, que constroem a ideia de identidade. (STELLMANN, 2007)

No final da década de 1980, os estudiosos das ciências sociais passaram a privilegiar na diferenciação masculino/feminino as dimensões relacionais, culturais e mutáveis, e a questionar as visões universalistas, essencialistas, imutáveis e vitimadoras. Considerando gênero como um dos elementos que institui a identidade do sujeito - assim como etnia, classe, ou nacionalidade - ele passa a ser compreendido como algo que transcende o mero desempenho de papéis, como algo que faz parte do sujeito. (STELLMANN, 2007)

Assim, no início dos anos 1990, os trabalhos pós estruturalistas focavam cada vez mais na relação entrelaçada entre poder e conhecimento, e na forma como os indivíduos se constituem enquanto sujeitos e recebem identidades unificadas. Este grupo de cientistas começam a criticar os grupos que discutem natureza/ cultura que tomaram o campo da biologia como uma verdade.

Neste período um grupo o Quer Teory², segundo STELLMANN apud KLAGES (1997), afirma que:

todos os comportamentos sexuais, todos os conceitos que relacionam comportamentos sexuais com identidades sexuais e toda a categoria de sexualidade normais ou desviantes, são socialmente construídos, são grupos de significados que criam certos tipos de sentido social.... A sexualidade é uma formação complexa de códigos e forças sociais, formas de atividade individual e poder institucional, que interagem para formar as ideias do que é normativo e desviante em qualquer momento particular, e que assim operam sob a aparência de “natural”, “essencial”, “biológico” ou “feito por Deus”. STELLMANN apud (KLAGES, 1997).

E, são esses dois princípios teóricos que vemos no embate travado nos últimos anos no Brasil. A questão atingiu a esfera pública e privada tendo como principal ponto a educação. Pois, se para parte da população o biológico define nosso papel na sociedade, para outra parte esse papel é uma construção da própria sociedade, portanto, passível de mudança e assim sendo nascer com pênis ou vagina não deve ou não deveria definir a cor ou estilo da roupa que usaremos, a profissão que teremos ou o tipo de relação sexual que irá nos dar prazer.

Essa postura porém, para alguns ameaça a ordem social, pois põe em risco a família, e preceitos bíblicos.

2.2 A Participação Parlamentar/Religiosa na Disputa em questão

O surgimento da bancada evangélica deu-se no período da constituinte em 1988. Três questões fizeram com que os evangélicos vissem o Legislativo como espaço importante de poder, o primeiro o próprio fortalecimento do mesmo enquanto formulador de Leis pós o processo da ditadura; segundo a abertura para discussões como a descriminalização do aborto, o que, segundo Romancini (2018), “para os evangélicos era visto como um abrandamento moral e por fim as novas legislações que impunham freios legais ao crescimento das religiões pentecostais”.

A bancada juntamente com as grandes lideranças evangélicas, desde que surgiu sempre se contrapôs as bandeiras progressistas, principalmente as que se referiram, no campo social a sexualidade e no campo econômico apoiando ações pro economia de mercado. Ao definirem suas bandeiras, e utilizando-se dos meios de comunicação para divulgar sua religião e as mesmas, atingiram pessoas fora do pequeno círculo de localização de suas igrejas, criando assim uma nova forma de atuar politicamente. Com essas ações estão mudando o perfil religioso dos brasileiros, que até os anos 90 eram majoritariamente de católicos. Esse instrumento automaticamente tem garantido a essa bancada o aumento de seu contingente de eleitores.

A bancada católica sempre esteve presente no parlamento, majoritariamente composto de homens, representantes do patriarcado, defensores da “moral e dos bons costumes”, historicamente tem posicionado-se de forma conservadora, quando se trata das questões de gênero, porém, conforme afirma ROMANCINI (2018), “essa postura da bancada católica vem reforçando-se com a eleição de representantes católicos vindo do grupo interno da renovação carismática, a vertente conservadora mais atual da religião católica, que na questão política usa os mesmos modus operandes dos evangélicos”. Ambos os grupos colocam suas bandeiras eleitorais como representantes do “bem” enviados divinamente para combater o “mal” e assim manter a família e os bons costumes, dando novo volume a voz que estava abafada pelo politicamente correto.

No parlamento, católicos e evangélicos sempre foram oposição, contudo com a chegada da esquerda ao poder e o fortalecimento da luta pela ampliação de direitos das “minorias”, a bancada católica se dividiu, principalmente nas discussões sobre direitos sexuais, o que fez com que nesse momento de tensão quando vemos a ampliação dos direitos das mulheres e a possibilidade de ampliação dos direitos da população LGBT, acontece o

que se julgava impossível a bancada evangélica se une a bancada católica na luta contra os direitos dessa população, e contra o que convencionaram chamar ideologia de gênero.

Segundo Judith Butler em artigo publicado na folha uol em 2017, a ideia de gênero como ideologia foi introduzida por Joseph Ratzinger em 1977 antes dele se tornar o Papa Bento XVI fazendo com que nascesse ai uma nova interpretação para igualdade de gênero em consequência disso em 2010, o Argentino Jorge Scala lançou um livro com o título “*Lá Ideologia de Gênero*”, que foi traduzido ao português por uma editora católica (Katechess), no livro Scala (2010) afirma que “ aqueles que trabalham com gênero, negam as diferenças naturais entre os sexos e pensam que a sexualidade deve ser livre de qualquer restrição e que aqueles que se desviam da norma do casamento heterossexual são considerados indivíduos que rejeitam todas as normas”.

Em entrevista realizada no ano de 2015 Well Castilhos², jornalista/professor, especialista em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos (IMS/UERJ), membro do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ), afirma: não existir uma “ideologia de gênero” tal e qual tem sido falada. O termo tem sido usado pelos que se opõem à abordagem de gênero na educação como se fosse uma “doutrinação” sexual que deturparia a concepção de homem e mulher e transformaria menino em menina e menina em menino. Para ele está tem sido uma abordagem estratégica de alguns setores para causar um pânico moral e, desta forma, arrebanhar aliados, em geral fieis de denominações religiosas.

Miskolci professor do Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos/UFSCar em artigo publicado em 2007 define pânico moral como, “aqueles que emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, ameaçadoras”. Miskolci apud (Cohen,1972;9)

Uma condição, um episódio, uma pessoa, ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa, as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de direita, especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre se a forma de enfrentamento ou desenvolvem nas. MISKOLCI apud, (COHEN, 1972;9)

Essa apresentação estereotipada e a criação de uma visão negativa sobre a população LGBT podemos identificar claramente na fala de lideranças religiosas como bem transcreveu Mott em seu artigo Antropologia, teoria da sexualidade e direitos humanos dos homossexuais (2006),

O Bispo de Herechim, RS, D. Gironimo Anandrea declarou: *Os homossexuais nunca constituíram uma família. Nem vão constitui-la no futuro. O bem comum da sociedade requer a desaprovação do seu modo de agir*. O pastor Túlio Ferreira, da Assembleia de Deus de São Paulo, disse: *O homossexualismo é uma anormalidade, uma profanação do nome de Deus, pois a homossexualidade é uma maldição divina e por isso todos os homossexuais serão conduzidos pelo diabo a perdição eterna*. Dom Eusébio Oscar Scheid, ex-Arcebispo Metropolitano de Florianópolis e atual do Rio de Janeiro declarou: * O homossexualismo é uma tragédia. Gay é gente pela metade. Se é que são gente*. O beneditino D. Estevão Bittencourt, do mosteiro do Rio de Janeiro, disse: * O homossexualismo é contra a lei de Deus e contra a natureza humana. Mãe lesbica deveria perder o direito de educar seu filho. A justiça não deve dar a guarda da criança a uma mãe lesbica. (MOTT, 2006,pag.514)

Cria se dessa forma no inconsciente de um determinado público uma imagem de que essas pessoas não são boas, ou ainda pior que não são pessoas e assim a população acreditando que está lutando para proteger suas crianças e sentindo se legitimada pelas lideranças religiosa viram “massa de manobra” nas mãos de políticos que se propõem a “defender” os interesses da população.

Como entender essa legitimação por parte dos religiosos e políticos religiosos visto que o principal mandamento da Lei de Deus é “Amar a Deus sobre todas as coisas e a seu próximo como a ti mesmo”. Não deveriam ser eles, os religiosos e os políticos, oficiais representantes do povo, a exemplo de Jesus, os primeiros a defenderem os direitos humanos dessas pessoas?

Miskolci nos dá essa resposta quando nos coloca como funciona a política simbólica do pânico moral,

A política simbólica do pânico moral opera, por meio de um mecanismo de substituição, no qual um grupo que não pode fazer prevalecer sua opinião no debate público altera os termos da discussão. Desse modo, os agentes do pânico moral não dizem ser contrários aos homossexuais ou a homossexualidade, mas sim à “pedofilia”; não dizem ser contrários a discussão da sexualidade ou a igualdade de gênero na escola ou contra a organização e mobilização política de professores e estudantes, mas sim da “doutrinação”. (MISKOLCI, 2007).

Ou seja, o religioso e o político-religioso, não se colocam contra o homossexual, apesar de suas falas os desqualificarem, inclusive enquanto seres humanos, eles se colocam como defensor da criança, da família e dos bons costumes, assim sendo, não estão fazendo nada de errado, muito pelo contrário, estão evitando que a família seja prejudicada e para a população que tem seu conhecimento baseado em fragmentos de discussões científicas, que saem na imprensa, fica fácil acredita na fala de suas lideranças de que o papel do homem e da mulher é definido sim pelo sexo, e que pessoas mal intencionadas estão querendo ensinar, assim como ensinam português e matemática, nossas crianças a serem gays.

Realidade Brasileira: Fatos

Durante os três primeiros séculos de nossa história, o homossexualidade era conhecida como abominável e nefando pecado de sodomia – Crime equiparado ao regicídio e a traição nacional, castigado com igual rigor..... Crimes como o estupro, a violência contra menores, o canibalismo e até o matricídio eram considerados menos graves que o amor unissexual. Por três séculos os “fanchanos” como eram chamados os gays no Brasil de antanho foram vítimas da mais cruel perseguição por parte Del Rei, do Bispo e da Santa Inquisição. (MOTT, 2007)

Passados duzentos anos, hoje o Brasil é signatário da Declaração Universal de Direitos Humanos que em seu Art. 7º afirma “Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”.

Além disso em 2006 o Brasil tornou se signatário da Yogyakarta que dispõem sobre a aplicação da legislação Internacional de Direitos Humanos em relação a Orientação Sexual e Identidade de Gênero que dentre 29 princípios destaca a necessidade de que os Estados de fato assegurem a população LGBTI o direito ao gozo universal dos Direitos Humanos, o direito a igualdade e a não discriminação e o direito a educação.

Se isso por si só não bastasse a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, afirma que somos um Estado Democrático de Diretos que se destina a “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”.

O nosso Estatuto da criança e do Adolescente (Lei 8.069 de julho de 1990), tido como uma das melhores legislações de proteção à criança e ao adolescente do mundo, em seu Art.4º afirmar que: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, à efetivação dos direitos referentes a vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”

Luiz Mott em seu artigo “Homo-afetividade e direitos Humanos”, publicado na revista de Estudos Feministas, 2006, afirma que:

Segundo inquestionável Relatório Kinsey, a maior e mais respeitada investigação sexológica até hoje realizada no mundo, por volta de 10% da população ocidental é constituída predominantemente ou exclusivamente por praticantes do homoerotismo. Assim sendo, deve o Brasil possuir, nesta virada do milênio, por volta de 18 milhões de amantes do mesmo sexo, população azas significativa (MOTT,2006)

Ainda segundo o mesmo autor do ano de 2000 ao ano de 2004 foram assassinados no Brasil 671 homossexuais, dados esses referentes a apenas um terço do nosso território.

Assim, buscando cumprir com sua legislação, e garantir os direitos de 18milhoes de brasileiros que além de sofrerem discriminação, violência física são também assassinados, após inúmeras denúncias e constante cobranças de entidades pela ausência de políticas públicas que atendessem essa população, o governo Federal através do Ministério da Saúde/ Conselho nacional de Combate à Discriminação lança em 2004 O Programa Brasil Sem Homofobia – Programa de combate a violência e a discriminação contra LGBTs e de promoção da cidadania homossexual, elaborado por uma comissão composta por 18 entidades do movimento LGBT e cerca de 40 estudiosos/as de diferentes áreas, pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério de Direitos Humanos.

A comissão trabalhou com a elaboração de proposta para XI eixos de atuação, dentre as quais saúde, segurança, cultura e educação que no programa encontra se como quinto eixo de ação, sendo nominado como: “O Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual. O eixo traz as seguintes propostas de ação: Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual; fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade; formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia; estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia; apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores; divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana; estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLTB. Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas.

Entre o período de 2004 que foi o lançamento do programa federal e 2011 inúmeras denúncias de entidades e pesquisas foram publicadas sobre a violência sofrida pela

população LGBT na rede de ensino do Brasil, muitas delas, conforme publicado pelo Portal dos Direitos da Criança e do Adolescente possuem números capazes de deixar nítido a incapacidade da comunidade escolar de conviver e respeitar as diferenças, como pode ser confirmado abaixo:

Em 2009 a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas fez um estudo sobre Preconceito e discriminação no ambiente escolar, onde foram ouvidos 18,5 mil alunos, pais, diretores, professores e funcionários de escolas, essa pesquisa mostrou que 87,3% da comunidade escolar apresenta preconceito com relação à orientação sexual.

Outra pesquisa "Revelando Tramas, Descobrimos Segredos: Violência e Convivência nas Escolas", publicada também em 2009 pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, também confirma esta realidade. Segundo os resultados do estudo, baseado em uma amostra de 10 mil estudantes e 1.500 professores do Distrito Federal, 63,1% alegaram já ter visto homossexuais sofrerem preconceito e mais da metade dos professores afirmam já ter presenciado cenas discriminatórias contra essa parcela da população nas escolas. O preconceito é ainda mais nítido entre os estudantes: 44,4% dos garotos e 15% das garotas afirmaram que não gostariam de ter colega homossexual na sala de aula.

Além disso, o Site afirma ainda que:

Essa atitude preconceituosa por parte dos estudantes, bem como as discriminações sofridas pelos jovens homossexuais são, muitas vezes, reforçadas por uma atitude silenciosa e conivente por parte dos professores, conforme mostra o Estudo Juventudes & Sexualidades', publicada pela UNESCO em 2004. De acordo com a pesquisa, realizada com grupos focais em diversas escolas públicas e privadas pelo Brasil, "são diversos os preconceitos, discriminações que em nome da sexualidade, desrespeitam, ferem a dignidade do outro, constituindo, muitas vezes, para quem é o objeto desses, sofrimentos e revoltas".

Foi com base nas pesquisas que mostravam a necessidade de uma ação urgente e fundamentado pelo Programa nacional "Brasil Sem Homofobia, que em 2011 o Governo Federal, na época, presidido pela então Presidenta Dilma Rousseff, através do Ministério da Educação (MEC), elaborou um projeto intitulado Escola Sem Homofobia, o mesmo visava contribuir para a implantação e a efetivação de ações que promovessem ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia de direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro (caderno Escola Sem Homofobia, 2011).

Buscando cumprir com esse objetivo é que foi pensado um kit de materiais composto por um caderno, uma série de seis boletins, três audiovisuais com seus respectivos guias, um cartaz e uma carta de apresentação.

Contudo segundo **ROMANCINI (2018)**, em novembro de 2010 o material que vinha sendo elaborado com a contribuição da ONG ECOS (comunicação em sexualidade), ainda sem ter passado pelo crivo do MEC, estava sendo apresentado no Seminário “Escola Sem Homofobia”, realizado no Congresso Nacional, quando um dos representantes do MEC, o secretário André Lazaro fez uma brincadeira de mau gosto quando estava sendo apresentado um dos vídeos do kit, já neste momento criou-se a primeira polêmica sobre o material.

Em meados de 2011, antes do governo lançar o material nas escolas o então Deputado Estadual Jair Bolsonaro distribuiu um panfleto nas escolas do Rio de Janeiro alegando que o MEC juntamente com os movimentos homossexuais “incentivam o homossexualismo e tornam nossos filhos presas fáceis para pedófilos”, segundo matéria publicada no G1

No panfleto, Bolsonaro criticou o MEC. O principal alvo foi o que o deputado apelidou de “kit gay” - filmes e cartilhas contra a discriminação sexual, que o MEC deve começar a distribuir nas escolas de ensino médio no segundo semestre. "Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual", diz o panfleto. (G1-12/05/2011)

Em entrevista ao Jornal O Globo em 2017³ o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Fernando Penna, afirma que este fato tornou-se um marco importante para o surgimento do movimento que intitulou-se como de combate a “Ideologia de Gênero”, fazendo com que a partir daí, nos estados, quase sempre articulado por parlamentares ou religiosos, surgissem vários movimentos compostos por lideranças, pais e alunos, alimentados por informações disseminadas nas redes sociais (onde os conteúdos repassados em grande maioria são de cunho conservador e sem base científica), alarmados reproduziram tais conteúdos criando uma onda que conquistou mentes incentivando sua reprodução e contribuindo para ocorrência de fatos lamentáveis que atingiram diretamente as escolas.

Esse também foi um período de intensas campanhas contra materiais didáticos adotados nas escolas. Renata Mariz e Eduardo Barreto, jornalistas do Jornal o Globo, em uma matéria⁴ sobre a interferência dos pais na escolha de livros que abordam questões de

3 Pais interferem em escolas que abordam conteúdo de gênero. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/pais-interferem-em-escolas-que-abordam->

4 [Pais interferem escolas que abordam questão de gênero – Jornal o Globo -](#)

gênero nas escolas, relatam vários casos ocorridos principalmente em escolas particulares onde a direção das mesmas foram forçadas a retirar livros de suas listas de material de apoio literário por abordarem temas onde uma mulher solteira adota uma criança ou onde um príncipe apaixonado se por uma menina órfã, que para poder trabalhar disfarçava-se de menino.

Foi nesse período o governo Brasileiro iniciou a elaboração do novo Plano Nacional de Educação (PNE)⁵- O objetivo do Plano Nacional é traçar metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. Iniciou-se então uma intensa luta de parte da sociedade incentivada por parlamentares ligados às igrejas evangélicas e agora também a católica e com amplo apoio da imprensa, para que se excluísse do mesmo a expressão “ideologia de gênero”. O mesmo ocorreu com os planos Estaduais e Municipais, inúmeras foram as Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas que tiveram projetos protocolados propondo a exclusão do termo gênero ou orientação sexual de seus textos.

Com a coordenação da instituição “Todos Pela Educação” criou-se um Observatório do Plano Nacional de Educação – OPNE, com o título de olho nos planos. Segundo o mesmo, dos municípios, estados e capitais que haviam apresentado a proposta de exclusão da expressão “ideologia de gênero” do Plano Nacional, dez dos quinze estados retiraram a expressão, 27 capitais retiraram a expressão dos seus planos e 98% dos 3700 municípios que já haviam votado seus planos municipais de educação as referências do termo gênero também foram retiradas.

Com a onda que se espalhou pelo país a sensação era de que tudo que se referisse à questão de gênero deveria ser revisto e questionado, parlamentares aproveitaram o momento para radicalizar com relação à questão, visando assim, se destacar na mídia e em suas bases de atuação. Dessa forma várias outras ações foram ocorrendo no parlamento e na sociedade no geral a exemplo disso podemos citar as inúmeras denúncias feitas por parlamentares e pais de alunos sobre livros didáticos adotados na rede de ensino que segundo eles, ensinavam as crianças a serem gays além disso oito Projetos de Lei foram protocolados na Câmara

5 ³ Matéria Site Mec – linke <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2011/02/unesco-da-parecer-favoravel-a-distribuicao-de-material-contrahomofobia-nas-escolas>, <https://oglobo.globo.com/Sociedade/Educacao> <https://www.direitosdacrianca.gov.br/novodireito/em-pauta/2011/05/educacao-ainda-reflete-preconceitos-quanto-a-orientacao-sexual>; <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/projeto-de-distribuir-nas-escolas-kits-contrahomofobia-provoca-debate.html>, Entrevista dada Rede MV1 - linke <https://www.jornaldaki.com.br/single-post/2015/07/09/Ideologia-de-g%C3%AAnero-%C3%A9-um-termo-equivocado-Entrevistamos-Well-Castilhos?lightbox=dataItem-jinef9jz1>

Federal neste período com objetivos que vão desde a volta do tratamento dos homossexuais por profissionais da área da saúde mental até a proibição de qualquer tipo de discussão sobre gênero dentro das escolas.

Conclusão

Diferentes forças e interesses existentes na sociedade nos impulsionam para a mudança, a estagnação ou ao retrocesso no que se refere aos direitos humanos.

A grande maioria das religiões cristãs tem ao longo da história da humanidade se posicionado de forma machista e conservadora no que tange a conquista de novos papéis ou papéis de destaque a serem desempenhados pelas mulheres.

E em que pese os inúmeros avanços tido no campo das ciências, chegamos às vésperas do ano de 2020 com duas posições antagônicas sobre o que define o papel social de cada ser humano, o biológico ou o social.

Muitos ainda acreditam que nascer com pênis ou vagina já sentencia o comportamento, a cor da roupa, a profissão ou até mesmo a forma como a pessoa irá sentar-se (pernas abertas para meninos e pernas fechadas para meninas). Nessa ditadura do pênis e da vagina quem não relaciona suas ações cotidianas com o sexo que possui deixa de ser considerado humano e, portanto, passa a ser um ser não possuidor de direitos.

O processo recente que vivenciamos na educação brasileira com relação a questão de gênero e o reconhecimento dos direitos da população LGBT, nos mostram claramente como algumas forças se mobilizam e se fortalecem no imaginário popular onde se misturam informações tendenciosas, a manipulação e a submissão da fé e o oportunismo de lideranças políticas e religiosas capazes de criar um pânico moral e até mesmo de deturpar a mensagem de Cristo para manterem-se no poder.

A principal forma de atacarem um grupo de pessoas é tirando-lhes sua humanidade, isso a Igreja católica fez com as mulheres no período da inquisição que foram transformadas em bruxas, com os negros durante a escravidão que foram transformados em seres sem alma e agora estão tentando fazer o mesmo com os homossexuais que segundo o Dom Eusebio Oscar Sheid, arcebispo do Rio de Janeiro “O homossexualismo é uma tragédia. Gay é gente pela metade. Se é que são gente”, ou seja, estão tentando desumanizar a homossexualidade, pois se não são humanos, não têm direitos.

Neste processo quem saiu perdendo foi a sociedade como um todo, pois a educação é o principal caminho para a mudança de atitude, não discutir gênero nas escolas não contribui para o amadurecimento das relações muito pelo contrário aumentam a possibilidade de relações conflituosas e violentas. É no início da nossa socialização ao nos depararmos com o outro, com o diferente que aprenderemos a respeitar e valorizar as diferenças e mais tarde é também nesse espaço que perceberemos as diferentes formas de ver e interpretar o mundo.

Os direitos humanos não distinguem sexo ou orientação sexual, mas diferenciam oprimido de opressor. Oprimido é todo aquele que tem seus direitos violados, opressor é o violador de direitos.

Muito ainda temos a caminhar para que a extensa legislação Brasileira que visa garantia dos direitos humanos de fato atinja seus objetivos para tanto, é necessário que sigamos na luta até porque a sociedade não evolui de forma igual, o hoje sempre terá um pouco do ontem e o vislumbre do amanhã.

Referências Bibliográfica

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2006.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069 de 13 de junho de 1990. Senado federal, imprensa oficial, 2004

STELLMANN, Renat., Masculinidade na Clínica (2007). Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9704/9704_1.PDF, visitado em 26/02/2019

MOTT, Luiz. Antropologia, teoria da sexualidade e direitos humanos dos homossexuais (2006), Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v01n01art03_mott.pdf , visitado em 18/03/2019

MOTT, Luiz. Homo-Afetividade e Direitos Humanos (2006). Disponível em : <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000200011/7762> , visitado em 28/02/2019

ROMANCINI, Richard. Do “kit Gay” ao “ Monitor da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil.(2018). Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/17628-65554-2-PB.pdf>, visitado em: 05/03/2019

BUTLER, Buther. escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>. Consultado em 10/02/2018.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: https://brasa.org.br/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/?gclid=EAIaIQobChMI5bHqq6WF4gIVGaqWCh2UyQJtEAAYASAAEgKlj_D_BwE, visitada em: 07/03/2019

Mais de um terço de alunos LGBT sofrem agressão física na escola, diz pesquisa. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/mais-de-um-terco-de-estudantes-lgbt-ja-foram-agredidos-fisicamente-diz> Consultado em 04.02.2018

Pais interferem em escolas que abordam conteúdo de gênero. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/pais-interferem-em-escolas-que-abordam-questao-de-genero-nos-livros-vetam-conteudo-21644988>. Consultado em 10/02/2018. Consultado em:06/02/2018.

Princípios da Yogyakarta. Princípios da aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação a orientação sexual e a identidade de gênero. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf, visitado em 07/03/2019